

GOVERNO APRESENTA PROPOSTA OFICIAL

Passados mais de 120 dias de negociações, em 13/08, o Governo finalmente apresentou oficialmente a nova proposta, prometida na reunião realizada no dia 22/07, para o ACTs 2025/2026 para a EPAGRI, CIDASC e CEASA.

Embora haja avanços pontuais, a proposta não contempla integralmente as demandas dos trabalhadores.

PROPOSTA APRESENTADA OFICIALMENTE NO DIA 13/08

- ACT com vigência de 2 anos;
- INPC integral (5,32%) com retroatividade;
- Vale alimentação de R\$ 1.000,00 em 2025 e R\$ 1.200,00 em 2026;
- Auxílio creche/babá de R\$ R\$ 1.730,00 (mínimo estadual);
- Garantia de emprego até 30/04/2028;
- Aporte patronal ao Plano de Saúde de 4,5%;
- Aporte patronal da CERES até 65 anos;
- Apresentação de estudo para revisão dos PCCS's até 31/12/2025;
- Insalubridade: Reajuste com reflexo do INPC (Simvet e outros).
- Liberação de 6 dias/ano civil aos dirigentes para reuniões sindicais.

LEIA NA PRÓXIMA PÁGINA, A ANÁLISE DO SINDICATO COM COMPARATIVO DOS PONTOS **POSITIVOS** E **NEGATIVOS** DA PROPOSTA.

SEAGRO-SC E COMANDO UNIFICADO COBRAM GOVERNO DURANTE A FEIRA AGROPONTE, EM CRICIÚMA/SC

Durante a abertura da Feira AGROPONTE, realizada no dia 13/08 em Criciúma, o SEAGRO-SC e demais Sindicatos do Comando Unificado, manifestou publicamente sua indignação contra a postura do Governo diante das negociações do ACT deste ano. No evento, representantes sindicais pressionaram e dialogaram diretamente com os presidentes da Epagri, Dirceu Leite, e da Cidasc, Celles Regina, reforçando a urgência em resolver os pontos pendentes e assegurar direitos já reivindicados pelos trabalhadores.

A MENSAGEM FOI FIRME E DIRETA: É HORA DE O GOVERNO RESPEITAR E VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EPAGRI, CIDASC E CEASA.



PARLAMENTARES APOIAM TRABALHADORES E COBRAM DO GOVERNO A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA AGRICULTURA



Na manhã desta 5ª feira (14/08), o Secretário da Administração, Vânio Boing, recebeu os Deputados Estaduais José Milton Scheffer e Altair Silva, acompanhados dos Sindicatos

para reunião decisiva sobre as negociações dos ACTs da Epagri, Cidasc e Ceasa. O encontro foi articulado pelos próprios deputados, em apoio ao pleito dos trabalhadores. Os parlamentares defenderam a concessão de reajuste salarial pelo INPC mais 3% de ganho real, equiparando os trabalhadores da agricultura a outras categorias que, recentemente, obtiveram avanços salariais expressivos. Em tom firme, os deputados destacaram a disparidade entre trabalhadores do serviço público:

"Estes trabalhadores estão em situações muitas vezes piores do que outras categorias que tiveram aumentos de até 21%, como no caso da segurança. É preciso reconhecer o trabalho de campo, fiscalização e abastecimento realizado pela EPAGRI, CIDASC e CEASA, que é essencial para a economia e para a saúde pública de Santa Catarina."



COMPROMISSO DO SECRETÁRIO

O Secretário Vânio, comprometeu-se com os Deputados em dar uma resposta às reivindicações elencadas na reunião até a próximas 2ª feira (18/08).



ANÁLISE DA PROPOSTA - PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

VIGÊNCIA DO ACT:

Proposta: Vigência de 2 anos (01/05/2025 a 30/04/2027)

Sindicato: Considera que é estratégia do Governo para enfraquecer e silenciar a atuação sindical em ano eleitoral, pois não há a necessidade de ampliar a vigência.



Para os trabalhadores, nada!



Enfraquece o poder de negociação e corre risco de congelar avanços.

REAJUSTE SALARIAL:

Proposta: 5,32% (INPC) retroativo a 01/05/2025. INPC/2026.

Sindicato: Pede ganho real de 3%, acima do INPC, para repor poder de compra.



Reposição do INPC garantida.



Não há ganho real.

VALE ALIMENTAÇÃO:

Proposta: R\$ 1.000,00 em 2025 e R\$ 1.200,00 em 2026.

Sindicato: Solicita equiparação de valor com Casan e Celesc.



Há previsão de aumento.



Insuficiente para alcançar equiparação com Casan e Celesc.

AUXÍLIO CRECHE/BABÁ:

Proposta: R\$ 1.730,00 em 2025, reajustado pelo INPC/2026.

Sindicato: Contemplado à solicitação (mínimo estadual).



Há previsão de aumento.



Para vigência de 2 anos, não prevê a correção do valor em 2026 com base no mínimo estadual, só corrige pelo INPC.

GARANTIA DE EMPREGO:

Proposta: Até 30/04/2028 (2 anos).

Sindicato: A pauta pede 3 anos.



Mantém-se o prazo de 2 anos.



Para vigência de 2 anos, precisa ser até 30/04/2029.

PLANO DE SAÚDE:

Proposta: Aporte patronal passa para 4,5%.

Sindicato: Pauta pede 5%, mas aceitamos criação de grupo de trabalho para melhorias, conforme proposta na reunião de 22/07.



Pequeno aumento.



Insuficiente diante da alta dos custos do plano.

CERES - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Proposta: Aporte patronal até 65 anos.

Sindicato: Pede a retirada da exigência de aprovação do GGG.



Atende a principal demanda.



Não retirou a exigência de aprovação pelo GGG.

PCCS (PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS):

Proposta: Epagri e Cidasc deverão apresentar estudo relativo à revisão até 31/12/2025. Ceasa, sem cláusula de PCCS.

Sindicato: Solicita que a revisão contemple propostas já apresentadas pelo Sindicato (piso salarial, pós-graduação, merecimento para dirigente sindical liberado e alongamento da tabela salarial), visando a atualização da política de gestão de pessoas e fortalecimento das empresas.



Prevê, pelo menos, o início dos trabalhos de revisão.



Falta compromisso com a participação sindical no processo de revisão. Na proposta da Ceasa, que nem PCCS tem, não tem cláusula de implantação, sendo que em conversa com o presidente da Central, já está sendo elaborado.

INSALURIDADE:

Proposta: Reajuste atrelado ao reflexo do INPC.

Sindicato: Quer revisão de valores à todos que trabalham em condições insalubres.



Contempla parte da solicitação.



Não corrige o valor de 2026.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES PARA REUNIÕES SINDICAIS:

Proposta: Previsão de 6 dias/ano civil (12 dias/ACT 2 anos).

Sindicato: Na pauta de reivindicações pede 12 dias/ano, mas aceita a manutenção de 6 dias/ano.



Contempla a solicitação mínima.



Não atende a pauta de reivindicações.

RESUMO

GOVERNO apresenta proposta limitada ao INPC e com alguns avanços pontuais (auxílio creche adequado, previdência até 65 anos, aumento do plano de saúde e prazo para revisão do PCCS).

SINDICATO considera que faltam ganhos reais, equiparação com outras empresas e participação efetiva nos processos de revisão de PCCS e decisões estratégicas.

O MOMENTO EXIGE UNIÃO E PARTICIPAÇÃO!

Se não houver avanço nas negociações na próxima semana, conforme prometido pelo Governo, o **SEAGRO-SC convocará uma grande ASSEMBLEIA EM FLORIANÓPOLIS** para o final deste mês. Será o momento de decidirmos coletivamente os próximos passos e as medidas necessárias para garantir valorização e respeito.